

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DO ALTO.

MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DO ALTO – RJ

Edital de Pregão Eletrônico Nº 67/2022.

Objeto: A presente Licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de destinação final dos resíduos sólidos urbanos com o transporte para aterro sanitário devidamente legalizado.

A MTR Madalena Tratamento de Resíduos Urbanos Ltda , com sede na EST GENILIO VILLAR BARBOSA, sn, Terceiro, Santa Maria Madalena, inscrita no CNPJ sob número 07.728.032/0001-57, vem, respeitosamente, por meio de seu representante legal ORION QUINTINO DE MELO, CPF 022.861.778-21, vem, respeitosamente perante V. Exa. fazendo uso da via prevista no artigo 41, § 2º e, em atenção à publicação do Edital de Pregão Eletrônico nº 67/2022, do Município de São Sebastião do Alto - RJ, ofertar

IMPUGNAÇÃO

Em face do MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DO ALTO – Secretaria Municipal de Meio Ambiente, o que faz nos termos das razões seguintes.

I - DOS FATOS E FUNDAMENTOS

Foi publicado pelo Município de São Sebastião do Alto, o Edital nº 67/2022, referente ao procedimento licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico, que tem por objeto o referenciado acima, conforme especificações constantes dos Anexos que integram o instrumento convocatório, que será realizado pelo tipo menor preço global, com valor de R\$

1.187.660,00 (hum milhão, cento e oitenta e sete mil e seiscentos e sessenta reais).

O Edital ora impugnado elenca uma exigência que merece ser reanalisada para atendimentos da legislação.

1 – Possibilidade de subcontratação.

O edital traz em seu teor, em especial no item 26.25., de forma subjetiva a possibilidade da subcontratação de parte do objeto, vejamos:

26.25. É vedada a subcontratação da totalidade do fornecimento do material, conforme o artigo 72 da Lei Federal nº 8.666/1993.

Dessa forma, o item transcrito acima ofende o texto do Art. 72 da lei federal 8.666/93:

Art. 72. O contratado, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar partes da obra, serviço ou fornecimento, **até o limite admitido**, em cada caso, pela Administração.

Trazemos também o inciso VI do Art. 78:

VI - a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;

Nesse mesmo sentido, a diversos entendimentos que a subcontratação deverá estar de forma clara no edital e com os devidos limites a que o município irá permitir a subcontratação.

2 – Região Rio Dois Rios.

Em análise editalícia, foi identificado que não houve nenhuma menção a RESOLUÇÃO CERHI-RJ Nº 107 DE 22 DE MAIO DE 2013, onde a impugnante é a única apta a receber o RSU do órgão licitante.

II DO PEDIDO

Ante as razões expostas e da iminência de violação à Legislação, requer-se que o Ilmo. Sr. Pregoeiro do Município de São Sebastião do Alto receba e acolha os argumentos apontados, dando provimento a esta impugnação e sanando os vícios existentes no Edital nº 067/2022, a fim de que:

1 - Seja concedida decisão para a imediata suspensão do procedimento licitatório para reanálise das regras editalícias e descrições técnicas, sob pena de violação dos princípios da legalidade;

2 - No mérito, que seja retificado o Edital nos termos da fundamentação desta impugnação.

Termos em que, Pede e espere deferimento.

Santa Maria Madalena, 30 de agosto de 2022.

MTR Madalena Tratamento de Resíduos Urbanos Ltda
ORION QUINTINO DE MELO